

**A Educação Profissional no Brasil:  
a concepção da formação do trabalhador para o  
mercado de trabalho**

## **Resumo**

O objetivo deste estudo é a gestão escolar e a formação de gestores escolares empenhados nos desafios que envolvem a educação profissional no país, e de como é usado os recursos obtidos através do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Analisamos questões fundamentais à formação profissional, e aplicação dos recursos em face aos desafios que a escola enfrenta, no contexto de uma sociedade que se transforma. Analisando períodos históricos da educação no Brasil desde o Brasil colônia, passando pelos períodos: Jesuítico, Joanino, Imperial, Primeira República, Segunda República, Estado Novo, Nova República, Regime Militar, Abertura Política, com destaque para a educação voltada para a formação e profissionalização do trabalhador, estudando políticas e técnicas das escolas de formação profissional tomando como exemplos o SENAI, SENAC, CEFET (Instituto Federal de São Paulo), vivenciando a maneira com que este aluno é preparado e colocado no mercado de trabalho. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e dados estatísticos, assim passamos a conhecer melhor a história da educação profissional no Brasil, bem como formas e métodos para lidar com essa questão, ou seja, de como está sendo aplicado os recursos obtidos. No entanto, a prática da gestão escolar voltada para a educação profissional ainda é uma prática aberta às experiências, à construção do conhecimento e à aprendizagem, e dada a sua importância para o desenvolvimento da educação e formação profissional com qualidade, trataremos em especial dessa questão. Assim, as práticas de gestão escolar precisam ser orientadas através de estratégias de participação para garantir uma educação com mais qualidade e transparência.

**Palavras-chave:** gestão escolar, formação de gestores escolares, desenvolvimento da educação.

Se do ponto de vista descritivo administrar é planejar, coordenar, organizar e controlar, do ponto de vista político significa também exercer um poder.

(Dalila Andrade Oliveira e Marta P.T. Duarte, 1.999, p. 7)

## **1. Introdução**

### **Diretor ou Gestor?**

Exercer um poder ou exercer o poder? Como podemos mensurar o grau de poder exercido pelo diretor da escola, e até que ponto ele detém o poder para dirigir a escola? Ao mesmo tempo vem à tona a questão da autonomia para a tomada de decisões, e assim vão surgindo outras questões relacionadas ao campo da gestão. Será que o diretor está preparado para ser o gestor de sua escola? Como ele lida com a questão monetária? Como ele aplicaria os recursos sem deixar de atender as principais necessidades da escola? A resposta seria realmente a transformação dos diretores em gestores ocorrendo, conseqüentemente, um planejamento institucional no qual o orçamento receberia um tratamento adequado para ser corretamente usado durante o período letivo. Assim como nas instituições empresariais existe o “Planejamento e Orçamento Empresarial”, nas escolas existe o “Planejamento e Orçamento Educacional”, a questão em si, é de que como este orçamento está ou será utilizado, garantindo uma estrutura física adequada, atingindo assim a qualidade, tanto na formação do aluno como também no bom desempenho das funções por parte dos professores e colaboradores da instituição de ensino. Começando dessa forma uma gestão com qualidade e, conseqüentemente, resultando em uma educação com qualidade.

## **2. Períodos Históricos da Educação Brasileira**

Uma das primeiras manifestações de ensino de conhecimentos profissionais que se tem notícia no Brasil data de 1620. Os artífices das fazendas da Capitania de São Vicente transmitiam aos mais jovens seus conhecimentos sobre o manejo de ferramentas e as tecnologias das profissões.

Essa transmissão de conhecimentos profissionais era feita nas oficinas, que se localizavam perto da “casa grande”, de acordo com o momento e a necessidade. Era a única forma existente de aprendizagem de ofícios, numa época em que a segregação social e a cultura incipiente predominavam. Entretanto, não é rica a bibliografia a respeito do ensino profissional no Brasil, principalmente no tocante à parte histórica, (Bocchetti, Paulo. 1997. p. 144).

Pouco antes da vinda de D. João VI ao Brasil já havia uma manifestação de aprendizagem de ofícios que vale destaque: trata-se daquela que mostra o Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, em 1779, como foco de intensa aprendizagem de ofícios dos serviços de construção naval, que habilitava nas profissões de carpinteiro de machado, calafate, ferreiro de forja e lima, funileiro, tecelão, entre tantas outras do interesse do Arsenal da Marinha.

Com a chegada de D. João VI e sua permissão para a implantação de estabelecimentos industriais no país, foi criado o Colégio das Fábricas com a finalidade de atender à educação dos artistas e aprendizes que vinham de Portugal, isso por volta de 1808.

Tal Colégio despertou no Príncipe Regente a ideia de criar uma escola de incremento da indústria. Por quase 35 anos esta escola, com suas modificações de estrutura e forma, direcionava o ensino para a indústria, como conta Celso Suckow, (Bocchetti, Paulo. 1997. p. 145).

Essa etapa da História demonstra que já existia um conceito de educação profissional no Brasil, fatos não mostram claramente a ação do gestor educacional, mas mostram com clareza o empenho de pessoas ligadas diretamente à gestão educacional. Dados históricos anteriores a essa data, mostra, o trabalho feito pelos Jesuítas que data de (1549 – 1759), 210 anos de um período de formação, não para o trabalho diretamente, mas na formação social do indivíduo, o chamado Período Jesuítico.

Isso mostra certa organização por parte dos jesuítas, direcionando seus esforços à princípio para o ensino das primeiras letras (ensino elementar), seguindo com os cursos de teologia e Ciências Sagradas que eram cursos superiores, para a formação de sacerdotes, o curso de Letras e Filosofia os considerados cursos secundários e demais cursos como a Lógica, Moral, Matemática, entre outros, fortalecendo ainda mais a questão da gestão educacional.

Adiantando um pouco mais na História, deparamo-nos com o Período Imperial (1822 – 1888), no qual ocorre a Proclamação da República por D. Pedro I, período este de importantes reformas no ensino profissional, em que ocorre em 1852 a apresentação por parte de Manuel Araújo Porto Alegre, parlamentar da época, um projeto de organização de uma escola profissional, que deveria surgir isenta de qualquer restrição quanto à classe social que a frequentasse. Naturalmente, pela mentalidade da ocasião, o projeto foi negado.

Verifica-se até 1879 uma sucessão de projetos sobre escolas profissionais, quando é baixado o decreto que reforma o ensino primário e secundário da Corte e o ensino superior do Império, incluindo a criação de escolas profissionais e especiais destinadas a dar instruções técnicas de interesse das indústrias dominantes e ensino prático de artes e ofícios. Por volta dos anos de 1886 e 1887, ouviam-se exclamações como “menos bacharéis e mais indústrias; menos ensino clássico e literário e mais ensino técnico e científico”!

Tal clamor fez com que D. Pedro II, num dos últimos momentos da monarquia, pedisse à Assembleia Geral Legislativa a “criação de escolas técnicas adaptadas às condições e conveniências locais”, (Bocchetti, Paulo 1997, p. 146). A participação direta de pessoas na gestão de tal instituição que esteja adaptada às condições e conveniências locais traz desde então o envolvimento dos gestores educacionais com os meios nos quais estão inseridas as instituições de ensino, tanto social quanto político, ocorrendo uma adequação lógica para o desenvolvimento institucional.

Em sequência histórica, entramos no Período da Primeira República (1889 – 1929), 40 anos envolvendo nova ruptura no curso histórico da educação profissional brasileira, em consequente inserindo novos dados relacionados com a gestão educacional.

Em 1909, com o falecimento de Afonso Pena, Nilo Peçanha assumia a Presidência e, por espírito próprio, buscou a solução do problema do ensino apropriado à formação do operário nacional.

Em setembro de 1909 assinou o Decreto 7566, criando nas capitais dos Estados da República as Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário gratuito, considerando que o aumento constante da população das cidades exigia que se facilitassem às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades, (Bocchetti, Paulo p.147).

Segundo Oliveira Dias, tal implantação teve relativo sucesso porque o país dava seus passos iniciais para a industrialização, embora se verificasse, com o tempo, que não bastava formar artífices, mas importava também habilitar novos mestres e contramestres bem capacitados, em nível técnico e mediante métodos mais aperfeiçoados para proporcionar uma aprendizagem mais adiantada (p.51).

Venceslau Brás assumia a Presidência da República em 15 de novembro de 1914 lançando seu manifesto sobre a questão do ensino:

(...) a criminalidade aumenta; a vagabundagem campeia; o alcoolismo ceifa, cada vez mais, maior número de infelizes, porque, em regra, não tendo as pobres vítimas um caráter bem formado e nem preparo para superar as dificuldades da existência, tornando-se vencidos em plena mocidade e se atiram à embriaguez e ao crime (...).

Dê-se, porém, outra feição às escolas primárias e secundárias, tendo-se em vista que a escola não é somente um centro de instrução, mas também de educação e para esse fim o trabalho manual é a segura base; instalem-se escolas industriais de eletricidade, de mecânica, de química industrial, escolas de comércio, que os cursos povoarão de alunos e uma outra perspectiva se abrirá para o nosso país.

Se não tivermos pessoal habilitado para essas escolas, o que não é de se admirar, país novo que somos, contrataremos no estrangeiro a missão industrial. Conseguiremos, assim, remédios em parte para os males presente e lançaremos as bases para um futuro melhor, bem como alcançaremos desvios à corrente impetuosa e exagerada que atualmente existe para a empregomania e para o bacharelismo (Bocchetti, Paulo p.147-148).

Vê-se que a questão da educação profissional passa a ser uma questão social a fim de promover o desenvolvimento do indivíduo como cidadão, porém essa atitude esbarra na estrutura educacional que não estava de acordo com os pensamentos de Venceslau Brás, que a princípio era apoiar o cidadão em seu desenvolvimento socioeconômico.

Nova ruptura surge com o Período da Segunda República (1930 – 1936), 6 anos de acontecimentos que de certa forma foram marcantes para a educação brasileira. A

criação do Ministério da Educação e Saúde Pública; Reforma Francisco Campos organiza o ensino secundário e as universidades brasileiras;

1932: lançado por diversos educadores o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; A Constituição de 1934 dispõe que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos; Criação da Universidade de São Paulo em 1934, organizada conforme o Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931; Criação da Universidade do Distrito Federal (RJ) em 1935, como a Faculdade de Educação.

Com o início do Período do Estado Novo (1937 – 1945), define-se claramente a educação profissional quando é outorgada a Constituição de 1937, sugerindo a preparação de um maior contingente de mão de obra para as novas atividades abertas pelo mercado.

Além de clara e evidente distinção entre trabalho manual e intelectual, a criação das Leis Orgânicas de Ensino, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) – ensino profissionalizante, o ensino composto por 5 anos (primário), 4 anos (ginásio) e 3 anos (colegial, nas modalidades clássico e científico).

### **3. Formação e Profissionalização do Trabalhador – Do SENAI ao Instituto Federal**

A Constituição de 1937 foi a primeira a tratar do ensino industrial, apesar de ainda fazer referência explícita do ensino profissional como “destinado às classes menos favorecidas”.

Essa referência, que vem acompanhando a evolução do ensino profissional no Brasil, parece marcar o destino nas coisas do ensino e da educação profissional. Porém, uma série de medidas, a partir do governo de Getúlio Vargas, fez com que, praticamente, essa referência tenha pouca importância ou pelo menos só seja notada em estudos históricos sobre essa forma de ensino. O ensino profissional teve variantes extraordinárias no governo Vargas.

Preocupado com o bem-estar dos trabalhadores e com a educação profissional, Getúlio Vargas assinou o Decreto 1283, em 1939, dispondo sobre as instalações de refeitórios e cursos de aperfeiçoamento profissional para trabalhadores em estabelecimentos onde houvesse mais de 500 empregados.

Desse decreto às discussões sobre os cursos profissionais nas indústrias surgiu, em 1940, outro decreto, que trouxe uma solução parcial ao descontentamento dos industriais: os cursos profissionais poderiam ser instalados como unidades autônomas nos próprios estabelecimentos industriais ou em suas proximidades e, também, serem mantidos em

comum (e esse era o objetivo) por vários estabelecimentos industriais. Mesmo assim, a conjugação dos dois decretos não atendia em plenitude dos interesses envolvidos.

A solução definitiva surgiu dois anos depois, em 1942, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI, apoiada na política de Getúlio Vargas no setor educacional. Getúlio Vargas, atento ao problema do trabalhador e do quadro de ensino profissional, firmou posição ao dizer: “A instrução que precisamos desenvolver, até o limite extremo de nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem elas, sobre tudo na época caracterizada pelo predomínio da máquina, é impossível o trabalho organizado” (Bocchetti, Paulo 1997, p. 151-152).

O Senai destacou-se no cenário nacional como uma instituição mista, bem organizada, dotada de objetivos definidos, com investimentos captados de empresas privadas e estatais, e administração mista entre órgão estatais e privados.

Conta também com normas bem definidas e acompanha as leis federais e estaduais vigentes.

Fundou-se, então, uma escola estruturada, com metodologia definida e capaz de realizar atividades direcionadas àquilo que lhe era proposta em relação à formação profissional. Por se tratar de uma fase de turbulências políticas e estruturais complexas, relacionadas ao militarismo, ao autoritarismo e ao antidemocrático, o Senai foi um marco histórico na educação profissional brasileira.

O então determinado Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial conseguiu efetivar, solidificar e sustentar parcerias inovadoras para a época, com seguimentos como governo, empresas e sociedade.

É importante destacar que uma semana depois da criação do SENAI, foi promulgada a Lei orgânica do ensino industrial, pelo Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1.942, resultante da composição de duas estratégias. Conforme Cunha (2005b), a Lei mantinha o curso básico industrial fora da produção e, ao mesmo tempo, admitia a existência paralela da aprendizagem industrial para os operários menores de idade.

Logicamente as turbulências no setor educacional profissional e as ações contrapostas entre governos estaduais e governo central federal sempre se mantiveram em destaque, mesmo em menores exposições, em determinados momentos da história. Desse modo, torna-se evidente a expansão do ensino industrial como consequência do polo fabril. Durante a década de cinquenta e adentrando nos anos sessenta, a indústria paulista passou por transformações advindas de um processo instalação, solidificação e crescimento.



O setor industrial incorporou indústrias de diversos portes e produção diversificada em relação a variação de produtos. Todavia, essas transformações ocasionaram alguns problemas relacionados ao acompanhamento entre o crescimento industrial, os avanços na linha de produção em termos de quantidade e a necessidade de mão de obra profissional.

E mais uma vez o ensino profissionalizante estava exposto a este cenário, com certa precariedade, em decorrência das escolas básicas industriais. Desse modo, devido a sua rigidez de atuação e sua agilidade em acompanhar a evolução do parque fabril, paulista, as escolas de aprendizes do Senai, conquistavam os espaços das escolas básicas industriais.

Não se pode, contudo, diante da realidade das escolas básicas industriais, isentar de problemas as escolas de aprendizes do Senai. Essas últimas também tiveram seus obstáculos diante do crescimento desenfreado das indústrias paulista. E, certamente, surgiu a necessidade de melhorias na estrutura e no aprimoramento dos profissionais responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção da qualidade dos serviços prestados pelo Senai.

Assim, o desenvolvimento das indústrias e do ensino profissionalizante por meio de parcerias de sucesso entre o Governo e as Empresas, na criação e desenvolvimento de uma instituição de sucesso como o Senai e suas escolas de aprendizes – só ocorreu devido ao esforço e a integração por parte de todos os seguimentos envolvidos no processo de industrialização do Estado de São Paulo. (Bertogna, Vinicius, 2009 Projeto Mestrado em Educação – A Educação Profissional no Brasil: A questão do dualismo ainda permanece?).

Isso sem dúvida alguma nos traz a importância da qualificação adequada dos profissionais do ensino profissionalizante, no caso a educação continuada contribui para esse bom andamento da qualidade no ensino profissional.

No Período da Nova República (1946 – 1963) período de 17 anos que iniciou com a nova Constituição de 1946, dando competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), criação do MEC, e em 1952 a criação do Conselho Federal de Educação.

Já no Período do Regime Militar (1964 – 1985) 21 anos considerados difíceis, com o golpe militar abortando todas as tentativas de revolucionar a educação brasileira, a instituição da LDB, Lei 5692/71 – caracterizada por dar formação educacional de cunho profissionalizante.

Coforme o artigo 6º da referida lei que dispõe sobre habilitação profissional – “Art. 6º.: As habilitações profissionais poderão ser realizadas em regime de cooperação com as empresas.” Segundo o glossário divulgado pelo Conselho Federal de Educação – Anexo B do Parecer nº 45/72, Habilitação Profissional é definida como a “condição resultante de um processo por meio do qual uma pessoa se capacita para o exercício de uma profissão ou de uma ocupação técnica, cujo desempenho exija, além de outros requisitos, escolaridade completa ao nível de 2º grau ou superior”.

No entanto existindo níveis de habilitações profissionais: As habilitações profissionais (aprovadas pelo Conselho Federal de educação) podem ser classificadas quanto à abrangência curricular e quanto ao nível profissional.

O critério de abrangência curricular permite classificar as habilitações em básicas e específicas.

Habilitação básica é o curso dirigido para uma área ocupacional relativamente abrangente em termos de ocupações afins.

Habilitação específica é o curso dirigido para uma ocupação ou área ocupacional delimitada por um conjunto de competências exclusivas da respectiva área. A denominação básica ou específica deve ser considerada apenas como referencial para estudo e análise de currículo. Ademais, há casos em que será difícil se distinguir um curso básico de um específico ou vice-versa (Ministério da Educação e Cultura – Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus).

Habilitar um indivíduo ao exercício de uma atividade requer primeiramente atender suas necessidades como cidadão, preparando-o para suprir seu próprio sustento e ao mesmo tempo disponibilizando mão de obra para o mercado.

Voltando um pouco, isso em 1942, nos deparamos com a criação da Escola Técnica Nacional, iniciando suas atividades, tendo a do Distrito Federal, a ESCOLA TÉCNICA NACIONAL, como laboratório e irradiadora de propostas educacionais técnicas.

De 1942 a 1960, a Escola Técnica Nacional (ETN) cumpre o seu papel de laboratório da educação, especialmente da área técnica. Após esse período, no qual de intensa formação técnica, ocorre uma segunda fase de 1961 a 1978 que trata da criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica.

Nesse jogo de datas, pode-se concluir que a criação desse tipo de profissional para a atividade industrial não se deve aos princípios do regime que o país assumia. Ao contrário, era a consequência de um plano ousado e inteligente que nascera pela lucidez da Lei Orgânica do Ensino Industrial e dispositivos posteriores.

Por circunstâncias técnicas, políticas e, propriamente, de concepção numa realidade brasileira, os cursos de engenharia operacional não chegam a se consolidar no cenário profissional. A velocidade industrial do país, a penetração gradual de tecnologia de ponta e a formação de especialistas técnicos de diversos níveis impuseram um resultado na formação de profissionais de diversos graus e tipos.

Desse reestudo nascem os CEFETs, ou seja, os CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA, tendo por objetivos: (1) ministrar ensino em grau superior de graduação e pós-graduação, visando à formação de profissionais em engenharia industrial e tecnólogos de licenciatura plena e curta com vistas à formação de professores e especialistas para o ensino de 2º grau e de formação de tecnólogos; (2) ministrar ensino de 2º grau com vistas à formação de auxiliares e técnicos industriais; (3) promover cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, objetivando a atualização profissional na área industrial; e (4) realizar pesquisas na área técnica industrial, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade, mediante cursos e serviços (Bocchetti, Paulo 1997).

Os objetivos dos CEFETs nos remete a objetividade dos cursos profissionalizantes que é o benefício ao indivíduo na sua formação e benefícios à sociedade em geral, havendo um estreitamento no relacionamento social e econômico beneficiando ambas as partes.

Com o Período da Abertura Política (1986 – 2003) 17 anos, abertura de novas perspectivas para a educação com a anistia de profissionais retornando ao país assumindo postos na área da educação, passam a desenvolver o saber pedagógico (sala de aula, didática, relação professor x aluno, dinâmica escolar).

A alternância de grupos políticos no poder, representada pela eleição de 2002, que elevou à condição de Presidente da República uma das figuras políticas mais críticas aos governos FHC, Luiz Inácio Lula da Silva, não desencadeou rupturas significativas nos rumos impostos às políticas dos anos de 1990.

Embora o governo Lula da Silva tenha implementado mudanças em políticas anteriores, e tomado a iniciativa de elaborar novas medidas voltadas para a questão educacional, o núcleo central orientador das ações do Estado não foi significativamente alterado.

No campo específico da formação do trabalhador, nem a tentativa de rearticulação da educação profissional com os níveis formais de escolaridade, nem a reformulação da política de qualificação coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – por meio da extinção do PLANFOR e criação do Plano Nacional de Qualificação (PNQ),

representaram alteração substantiva na direção dada à formação da força de trabalho no Brasil.

#### **4. Políticas de Formação Profissional**

Assim, desde os anos 1990 até o momento, a qualificação profissional vem sendo incorporada como política de Estado, num processo que resultou na implementação de diferentes ações, envolvendo inúmeros ministérios (Cêa, Georgia Sobreira dos Santos). Tais ações e até mesmo projetos elaborados pelo governo mostra a constante adequação em políticas de formação profissional visando o atendimento na questão de qualificação profissional como o acompanhamento evolutivo do mercado.

Assim, a educação profissional tem como objetivos:

- Promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;
- Proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;
- Especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;
- Qualificar, profissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

A educação profissional divide-se em três níveis: o básico, o técnico e o tecnológico, que não devem se confundidos com os dois níveis de educação geral: o básico e o superior. Os da educação profissional devem ser entendidos como formas de viabilização dos objetivos, previstos no artigo 1º deste Decreto (Decreto nº 2.208/97), regulamentando os dispositivos da LDB referentes a educação profissional, definindo seus objetivos e níveis, além de estabelecer orientações para a formulação dos currículos dos cursos técnicos:

- Básico: destinado à qualificação, à requalificação e à reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

- Técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional de Técnico de Nível Médio a alunos matriculados ou egressos de ensino médio, podendo ser oferecido na forma concomitante ou sequencial a este;
- Tecnológico: corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

Esses três níveis não constituem uma progressão obrigatória, pois o acesso a qualquer um deles independe da realização do outro. A educação profissional básica não está sujeita a regulamentação curricular, sendo oferecida de forma livre em função das necessidades do mundo do trabalho e da sociedade, como preconiza a LDB.

No entanto, nada impede que, eventualmente, seja estruturada de forma que possa ser aproveitada como crédito ou outra forma de equivalência na educação técnica ou tecnológica (Scremin, Sandra Bastianello, 2002).

As formas e objetivos da divisão do cenário da educação profissional nos mostra os meios para se chegar aos fins, passando desde a formulação básica até tecnológico, mostra que existe certa preocupação por parte do Estado, de proporcionar maneiras para que sejam sanadas as necessidades tanto de formação profissional qualificada, quanto da absorção dessa mão de obra por parte do mercado de trabalho.

## **5. Professores profissionais e profissionais professores: uma parceria necessária**

Como fazer educação profissional sem os profissionais? A parceria entre a escola e o mundo do trabalho é uma necessidade para a concretização desta concepção de educação profissional.

Equipes conjuntas da escola e da área de produção devem estar permanentemente laborando para construir um processo de trabalho pedagógico que crie condições de qualidade na formação, sem que isso signifique uma anulação da diferenciação de papéis entre os atores das duas áreas: professores e profissionais. Professores são acima de tudo, agentes de mobilização, conhecedores do processo de aprendizagem, e, portanto, organizadores deste processo e agentes de sistematização das aprendizagens realizadas.

Profissionais das áreas são formuladores de problemas, reguladores do processo e estimuladores de inovações. O planejamento é conjunto. O processo pedagógico deve ser simultâneo, articulado (Leite, Rui Berger Filho).

No que diz respeito à educação profissional certamente pensamos logo em um profissional que estará à disposição para a orientação necessária, pois é na experiência profissional e na vivência no mundo do trabalho que pensamos quando falamos de educação profissional. E o profissional professor traz esta experiência que o torna uma pessoa indispensável para atuar nessa área da educação profissional.

## **6. Democratização e Autonomia na Gestão Escolar**

A autonomia na gestão educacional traz força para a democratização da sociedade, ou seja, sendo a escola uma organização social que está em constante busca de transformação e desenvolvimento social.

Quando se observa que alguns sistemas de ensino descentralizam, centralizando, isto é, dando um espaço com uma mão, ao mesmo tempo em que tirando outro espaço, com outra, pode-se concluir que o princípio que adotam não é o da democratização, mas o de maior racionalidade no emprego de recursos e o de busca de maior rapidez na solução de problemas. Nesse caso, não se pretende o estabelecimento de mudanças significativas nas relações entre sistema e escola, escola e comunidade, dirigentes e professores, professores e alunos – mudanças estas que deveriam estar voltadas para o compartilhamento de decisões (Fiske, 1996 a). Nesse caso, além de estabelecer maior controle sobre a escola, mostra também a importância da participação em maior grau entre aqueles que promovem diretamente a gestão educacional.

A mobilização social pela educação faz com que surja maior participação de grupos e organizações no sentido de colaborar com a escola, construindo assim parcerias em prol da educação.

Contudo, há um grande desafio para os gestores escolares, exigindo deles conhecimentos e habilidades, envolvendo um grande esforço especial de gestão. Conforme Kosik (1976, p. 18)“ a realidade pode ser mudada só porque e só na medida que nós mesmos a produzimos, e na medida que saibamos que é produzida por nós”. - Mostrando uma ideia de participação entre grupos distintos voltados para um só objetivo: A qualidade na gestão educacional.

As concepções de descentralização, democratização e autonomia da gestão escolar são parte de um mesmo corolário no qual se encontram certos sistemas que buscam o desenvolvimento da gestão escolar sem descentralizar o poder para a mesma.

Contudo, o esforço de desenvolver nas escolas os conceitos de democratização e autonomia de modo centralizado torna-se um paradigma, fazendo com que os esforços se anulem. Havendo naturalmente diversidades de orientações e expressões, mostrando diferentes graus de maturidade entre grupos ligados ao processo de gestão. Barroso (1997, p. 11) afirmou que “O Estado devolve (para as escolas) as táticas, mas conserva as estratégias, ao mesmo tempo que substitui um controle direto, centrado no respeito das normas e dos regulamentos, por um controle remoto, baseado nos resultados.”

A autonomia da gestão escolar é muito debatida em programas de gestão educacional promovidos pelos sistemas estaduais de ensino, pois a autonomia da gestão da escola, a existência de recursos sob controle local, e a liderança pelo diretor e participação da comunidade, são considerados os quatro pilares da eficácia escolar.

A mobilização para promover mudanças e/ou transformações, torna-se fundamental nas referências de gestão educacional. A autonomia é uma necessidade para os que necessitam tomar decisões rápidas na realização de objetivos urgentes.

É necessário, no entanto, que se reflita sobre o conceito de autonomia escolar e se explore o seu significado e suas repercussões. O que é autonomia? Qual sua abrangência? O verbete autonomia, conforme propõe o Dicionário Básico da Língua Portuguesa (Ferreira, 1995), é “a capacidade de resolver seus próprios problemas.”

Corresponde, portanto, a uma autonomia plena e total desligamento de outros setores, (Luch, Heloisa, p. 20). Contudo, gestão escolar não se promove isoladamente, e sim com a união e esforço contínuo entre todos, além de buscar continuamente a gestão com qualidade, a delegação de tarefas e a partilha de conhecimentos, tudo isso direcionado para um único objetivo que é a educação.

A heterogestão, tal como ela ocorre no modo de produção capitalista, é fruto tardio do racionalismo, que só começa a atingir a organização do trabalho a partir do século XVIII para institucionalizar-se definitivamente no fim do século XIX e início do século XX. Embora a crescente racionalização dos campos do conhecimento nos séculos XVIII e XIX tivesse fornecido o pano de fundo para o emprego dos métodos racionais na execução e organização do trabalho, isso só foi possível com o surgimento de novas relações de produção, que determinaram o abandono violento do sistema artesanal pela introdução da máquina no processo produtivo.

Ao mesmo tempo em que revolucionou os métodos de organização do trabalho, a heterogestão pelo novo modo de produção que se iniciava, o capitalista, revolucionou as formas de educação para o trabalho; à medida que a máquina substituiu o artesão, o

aprendizado longo de um trabalho completo foi sendo substituído por um aprendizado cada vez mais fragmentado de uma tarefa parcial, (Kuenzer, Acácia Zeneida, p. 25).

A divisão do trabalho, o racionamento de recursos, seja financeiro ou humano, traz para a gestão educacional uma ferramenta indispensável e de uso contínuo que é a organização do trabalho. Para que o processo de gestão educacional não sofra com lacunas provenientes de uma má aplicação dos recursos, buscam métodos e formas adequadas de se promover a divisão de tarefas, isso tudo só será possível com a adequada formação do gestor educacional.

Ao explicar a origem da divisão do trabalho mostra-se que ela não resulta da sabedoria humana, mas da tendência natural do homem de negociar e trocar uma coisa por outra. O contrato, a compra ou a troca que permitem a obtenção dos produtos ou serviços necessários não decorrem de atos de solidariedade, mas da necessidade natural de satisfazer os interesses individuais, o que provocou a divisão do trabalho.

É essa natureza que leva o homem a trocar o excedente do produto do seu próprio trabalho que está acima de suas possibilidades de consumo, pelo excedente de outros trabalhos; assim, todos são encorajados a dedicar-se a uma tarefa específica e a desenvolver habilidades específicas, (Kuenzer, Acácia Zeneida, p. 26).

Uma vez à frente da gestão educacional de uma instituição, o individuo se vê diante de necessidades coletivas que devam ser solucionadas com coerência e sabedoria, visando o bem comum, sempre com planejamento e estratégias para enriquecer a gestão.

Considerando que o planejamento é um ato de intervenção técnica e política, seria essencial que o profissional por ele responsável (planejador) estivesse preparado para manter uma articulação permanente a fim de estabelecer coordenação entre a esfera técnica, o nível político e o corpo burocrático.

Esta articulação seria indispensável para que o planejador se preparasse para manter uma postura autônoma na estrutura e no sistema de relações das instituições e da sociedade.

A autonomia e a postura clara no desempenho do seu trabalho poderiam assegurar-lhe respaldo das bases do sistema – professores, técnicos de outras áreas, funcionários e alunos -, garantindo-lhe a viabilização de um processo de planejamento na perspectiva de uma “política construída” na “conjuntura dinâmica”, onde se situa tal processo, permitindo-lhe dar conta de catalisar: necessidades, tensões, relações de forças e outros fenômenos peculiares ao contexto e ao processo, (Calazans, Maria Julieta C. p. 15).



Em questão vemos a forte necessidade de preparar e estar preparado, mas como preparar, se na maioria das vezes o gestor aprende na prática utilizando os conhecimentos adquiridos durante sua vida em sala de aula. É sabido que para uma boa gestão, necessita-se não só de conhecimentos técnicos, mas de princípios, para que em conjunto com os demais participantes de uma instituição educacional em comum tornemos cada vez melhor o sistema educacional brasileiro.

## **7. Formação de Gestores Escolares**

Quanto à formação de gestores escolares, verifica-se que o aumento da competência da escola, exige competência de seus gestores, em vista que a formação de gestores escolares passa a ser uma necessidade e um desafio constante no dia-dia no que diz respeito à gestão escolar.

Sabe-se que o diretor em geral não possui formação em gestão; na década de 70 o MEC propunha que os cargos de diretores de escola viessem a ser ocupados por profissionais formados no curso de habilitação em Administração escolar. No entanto, com a abertura política na década de 80 e com a prática de eleições para esse cargo, diminui conceitualmente a procura por cursos que habilitasse em administração escolar. Contudo, houve aumento na procura por cursos de especialização em gestão educacional, muito procurado por profissionais que já estavam no exercício da função. As instituições de ensino superior ainda ofertam um número pequeno em cursos para a formação em gestão escolar, recaindo, portanto, sobre o sistema de ensino a responsabilidade de promover, organizar, e até mesmo realizar cursos de capacitação para estes profissionais.

Essa responsabilidade se torna mais marcante quando se evidencia a necessidade de formação contínua, complementar à formação inicial (Machado, 1999), como condição para acentuar o processo de profissionalização de gestores, de modo que enfrentem os novos desafios a que estão sujeitas as escolas e os sistemas de ensino, (Luck, Heloisa, p. 29). De nada adianta uma instituição com métodos e técnicas inovadoras, se não há uma sequência adequada na qualificação e formação contínuas e permanentes de seus gestores.

A gestão da educação possui uma especificidade que “se fundamenta em objetivos educacionais representativos dos interesses das amplas camadas da população e leva em conta a especificidade do processo pedagógico escolar, processo este determinado por estes mesmos objetivos” (Paro: 1986: 87-8).

Não se pode falar sobre gestão escolar e até mesmo sobre qualidade na gestão sem antes verificarmos a questão da formação desse profissional que na sua maioria, se não em sua totalidade, vem da formação como professor, ou seja, profissional com formação pedagógica para atuar em sala de aula.

Devemos levar em conta as condições históricas, culturais, políticas e sociais em que a profissão é exercida. Falar de qualidade na gestão educacional é analisar a profissionalização dos educadores que atuarão direta ou indiretamente na gestão educacional. Contudo, é discutir, estudar sobre a afirmação do espaço educativo e como são a atuação deste profissional em seu cotidiano, as relações que estabelece no interior da instituição educacional.

Na LDB atual não há uma conceituação dos profissionais da educação. A lei sugere, no entanto, que são os graduados em licenciatura, no exercício da docência, ou os que cursarem administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, na ocupação de cargos administrativos.

Não se faz menção às outras tarefas exercidas na escola, tais como a de secretaria, de vigilância, de preparação de merenda, de limpeza, de manutenção. Para a CNTE, (Confederação Nacional dos Trabalhadores em educação), “os profissionais da educação são todos aqueles que atuam dentro do ambiente da educação escolar. (...) A formação e a identidade profissional têm de estar colocadas num referencial coletivo, que é o trabalho da e na escola” (apud Abicalil, 1997, p. 11).

É certo que o gestor educacional em seu convívio direto com os demais profissionais envolvidos no bom andamento da instituição e, certamente com uma larga experiência no que diz respeito à gestão escolar, saberá tomar as decisões adequadas quando da sua necessidade, uma vez que um bom trabalho de gestão não se faz isoladamente, utilizando apenas dados históricos como base de referência, e sim com o comprometimento e empenho de todos aqueles que estão ligados diretamente à instituição educacional, mais uma vez aparecendo a democratização da gestão educacional.

No caso da escola, a organização e a gestão referem-se ao conjunto de normas, diretrizes, estrutura organizacional, ações e procedimentos que assegurem a racionalização do uso de recursos humanos, materiais, financeiros e intelectuais assim como a coordenação e o acompanhamento do trabalho dos profissionais das instituições educacionais.

## **8. Conclusão**

A questão da educação profissional sempre estará em evidência uma vez que a economia e a sociedade sempre estarão em constante mutação, a velocidade com que a economia necessita de profissionais qualificados vem de encontro com a contra mão da educação profissional que muitas vezes não forma profissionais com a mesma velocidade, isso dependendo de vários fatores tanto econômico como social.

Desde o período imperial, passando pelo SENAI, SENAC, CEFET (Hoje Instituto Federal São Paulo), até os dias atuais nota-se a necessidade constante de formação profissional, sendo este o objeto principal dessa pesquisa, ou seja, a necessidade de se manter uma qualificação e formação profissional do trabalhador brasileiro, utilizando corretamente os recursos obtidos para este fim, e também pensarmos em propostas viáveis economicamente para aplicação dos recursos.

O FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006. É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Além desses recursos, ainda compõe o Fundeb, a título de complementação, uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica.

Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, sua implantação começou em 1º de janeiro de 2007, sendo plenamente concluída em 2009, quando o total de alunos matriculados na rede pública foi considerado na distribuição dos recursos e o percentual de contribuição dos estados, Distrito Federal e municípios para a formação do Fundo atingiu o patamar de 20%.

O aporte de recursos do governo federal ao Fundeb, de R\$ 2 bilhões em 2007, aumentou para R\$ 3,2 bilhões em 2008, R\$ 5,1 bilhões em 2009 e, a partir de 2010, passou a ser no

valor correspondente a 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo o país.

Em cada estado, o Fundeb é composto por 20% das seguintes receitas:

- Fundo de Participação dos Estados – FPE.
- Fundo de Participação dos Municípios – FPM.
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.
- Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações– IPlexp.
- Desoneração das Exportações (LC nº 87/96).
- Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD.
- Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.
- Cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural-ITR devida aos municípios.

Também compõem o Fundo as receitas da dívida ativa e de juros e multas incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

Ainda, no âmbito de cada estado, onde a arrecadação não for suficiente para garantir o valor mínimo nacional por aluno ao ano, haverá o aporte de recursos federais, a título de complementação da União.

Os recursos do Fundeb são distribuídos de forma automática (sem necessidade de autorização ou convênios para esse fim) e periódica, mediante crédito na conta específica de cada governo estadual e municipal.

Estudaremos formas e métodos adequados para a aplicação dos recursos que são repassados ao ensino médio integrado à educação profissional, bem como o acesso dos jovens e adultos aos cursos profissionalizantes.

### **Referências Bibliográficas**

Bertogna, Vinicius. **A educação profissional no Brasil: A questão do dualismo ainda permanece?** / Vinicius Bertogna – Presidente Prudente, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE: Presidente Prudente–SP, 2009.

BOCCHETTI, Paulo. Das escolas de ofício no Brasil ao projeto CEFET. In: MARKET, Werner. **Formação Profissional no Brasil**. Rio de Janeiro: Paratodos, 1997. 144-159.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus. **A Concepção da profissionalização no ensino regular de 2º grau; conceito, modalidades e níveis das habilitações profissionais.** Brasília, 1981, 20p. (Série Regular, 30).

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria-Geral. **Uma nova opção para o ensino profissionalizante: A habilitação básica.** Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.

CALAZANS, Maria Julieta C. Planejamento da Educação no Brasil – Novas Estratégias em Busca de Novas Concepções. **Planejamento e Educação no Brasil/** Acácia Z. Kuenzer, Maria Julieta Costa Calazans e Walter Garcia. 4. ed. São Paulo, Cortez, 1999 – (Questões da nossa época; 21) p. 11-33.

Cêa, Georgia Sobreira dos Santos. A formação do ser social trabalhador no Brasil: Ethos, Modus e Sepere. In: **O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2007.

FERREIRA, Naura Syria C. A Gestão da Educação e as Políticas de Formação de Profissionais da Educação: Desafios e Compromissos. In: **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo, Cortez, 2003. p. 97-113.

Ministério da Educação - **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** <<http://www.fnde.gov.br> >. Acessado em: 28 jun.2012.

KUENZER, Acácia Zeneide. Política Educacional e Planejamento no Brasil: Os Descaminhos da Transição. **Planejamento e Educação no Brasil.** / Acácia Z. Kuenzer, Maria Julieta Costa Calazans e Walter Garcia. 4. ed. São Paulo, Cortez, 1999 – (Questões da nossa época; 21) p. 55-88.

KUENZER, Acácia Zeneide. **Pedagogia da Fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador.** 4. ed. São Paulo, Cortez. 1995.

Leite, Rui Berger Filho. **Educação profissional no Brasil: novos rumos**. Disponível em : <<http://www.rieoie.org/rie20a03.htm> - Revista Iberoamericana de edição nº20 - artigo em pdf>. Acessado em: 17 jun.2012.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão, Objetivos do Ensino e Trabalho dos Professores. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. / José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Tosch – 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 293-311.

LUCH, Heloísa. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores**. Em aberto, v. 17, nº 72 p. 11-33, fevereiro/junho, 2000.

Scremin, Sandra Batistianello. **Educação a Distância – Uma Possibilidade na Educação profissional Básica**. 2002.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão de Instituições de Ensino**./ Takeshy Tachizawa, Rui Otávio Bernardes de Andrade, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.